



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

## **ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

Dia: 13 de novembro de 2014

Horário: 09h

Local: 8º andar da SES

### **PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor, Clécio Espezim, Karin Cristine Geller Leopoldo, Marlene Bonow Oliveira, Jocélio Voltolini, Ramom Tartari, Helma Finta Ulba, Grace Ella Berenhauser, Lizete Contin, Rita de Cássia Souza, Jaqueline Reginatto, Cesar Augusto Korczaguin, Gustavo Rodolfo Hess, Nestor Antonio, Janize Biella, Mirvaine Panizzi, Cecília May, Suzana Zeccer, Eida Maria de Oliveira França, Ana Probst, Walter Gomes Filho.

**COSEMS:** Daniel Moutinho (SMS Fpolis), Edenice Reis da Silveira, Deyse Aquino, Sonia Polidoro, Lucas Alexandre, Ana Luiza Totti, Mário José Brückheimer, Maria Regina de Souza Soar (SMS Blumenau), Gilvana Schneider, Cristiane Wille, Dirazeli do Prado, Diogo Demarchi Silva, Ivy Parise, Thiago Cherem Morelli, Deyse Aquino, Lucas Alexandre, Marisa Spricigo, Fábio de Melo Chaves In da, Douglas Machado, Uiara Silva, Francisnara Tataíra Zavaski.

### **ITENS DE PAUTA**

1. Cofinanciamento da Atenção Básica (Karin, Lisete);
2. OPM – Manual Oficina Ortopédica Rede de Atenção à Deficiência/CCR/SUR (Marlene e Rita);
3. Padronização de medicamentos SAMU/SUR, para unidades básicas e avançadas (César);
4. Atualização dos Planos da RUE/SUR (Ramon);
5. Discussão da Política Estadual da Regulação Ambulatorial: contexto atual da discussão na comissão constituída (Marlene)
6. Grupo Condutor: proposta de nova formatação (Regulação e Planejamento);
7. Novas estratégias para Vigilância e Controle do Aedes Aegypti no Programa de Controle da Dengue em Santa Catarina (Eduardo)
8. Apresentação dos Planos de Contingência de Dengue e Chikungunya para o Estado de Santa Catarina (Eduardo).
9. Pagamento: citopatologia e mamografia: produção excedente de outubro a dezembro de 2014.

## COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

### 1. Cofinanciamento da Atenção Básica

Clécio Antonio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa sobre a impossibilidade de ampliar os valores do cofinanciamento, além do incremento de 20% (um pouco a mais que 20%, ficando em 22,4% o incremento) em cima do valor pago em 2014, totalizando R\$. Este valor exclui R\$ 4.500.000,00 destinados ao Sistema Prisional que será deliberado separadamente. Fica revogada a Deliberação 520/2013 do Cofinanciamento da Atenção Básica. O Centro de Especialidade Odontológica – CEO está excluído deste valor de R\$ 61.660.400,00. Referente aos CEOs, será revisada a Deliberação 98/2013. Serão pagos valores além do valor destinado ao cofinanciamento da Atenção Básica. Clécio Espezim informa que a proposta do cofinanciamento está pronta desde julho de 2014. Daniel Moutinho, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, questiona quanto a proposta apresentada – se a mesma está pronta desde de julho, porque não foi apresentada antes na Câmara Técnica com tempo hábil para discussões. Também cita que a proposta apresentada pela SES, nesta segunda reunião da Câmara Técnica, penaliza alguns municípios. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, esclarece que é necessário revisar os critérios já estabelecidos no Plano Estadual de Saúde. No próximo ano a proposta para 2016 será encaminhada ao Grupo Gestor. Sugerido colocar na Pauta do primeiro quadrimestre do ano para as discussões. Constituir grupo com SES e COSEMS para a revisão dos critérios. Daniel Moutinho refere que incremento de 20% para o cofinanciamento é insuficiente. Que é importante um salto, talvez de 100% no valor.

**Encaminhamentos:** Aprovada a proposta apresentada na Câmara Técnica anterior, pois esta apresenta hoje, penaliza alguns municípios. O Sistema Prisional será deliberado separado do Cofinanciamento da Atenção Básica, mas com valores incluídos no total destinado à atenção básica, ou seja, incluído no valor de R\$ 61.660.400,00. O CEO será deliberado separadamente do cofinanciamento da atenção básica, com valores além do R\$ 61.660.400,00.

**Encaminhamentos:** Levar para a CIB.

### 2. Manual da Oficina Ortopédica do Centro Catarinense de Reabilitação – CCR II – OPM

Marlene Bonow Oliveira, Superintendente de Regulação, faz a abertura. Rita de Cássia Souza e Jaqueline Reginatto apresentam a proposta da Oficina Ortopédica. Ficarão sob a responsabilidade da Oficina do CCR, órteses que necessitam de protesista. Os equipamentos que não necessitam de protesistas, o recurso poderá ficar com o município, como, por exemplo, palmilha, bengala e outros.

- O Centro Catarinense de Reabilitação – CCR ficará com 25 órteses, 14 meios de locomoção e 31 próteses.
- Os municípios ficarão com 24 itens.

Referente ao fluxo, Rita e Jaqueline esclarecem que poderão realizar encaminhamentos para a Oficina Ortopédica: médico, fisioterapeuta, e (terapeuta ocupacional para membros superiores). A cota foi realizada por macrorregião de saúde, mas sugerida que se faça por região de saúde. Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, apresenta a distribuição dos recursos na PPI. Dos R\$ 419.000,00, R\$ 229.000,00 ficarão no CCR e R\$ 190.000,00 com os municípios. O valor é per capita. Colocar na Deliberação 425/2010, os valores que irão para os municípios e os que ficarão sob a responsabilidade do Estado.

**Encaminhamentos:** Aprovar o Manual da Oficina Ortopédica na próxima CIB e o per capita com cota regional. Num prazo de 90 dias, as CIRs encaminharão a Deliberação de alocação do teto.

### **3. Padronização de medicamentos SAMU/SUR, para USB e USA**

Marlene Bonow Oliveira, Superintendente de Regulação e Cesar Augusto Korczaguin, Gerente do SAMU, colocam a intenção de ter trazido este tema para a Câmara Técnica de Gestão. Posteriormente, passará pela Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica.

**Encaminhamentos:** Aprovar na CIB, condicionando a avaliação e aprovação na Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica. Os municípios solicitam 06 meses para implantação da lista de medicamentos do SAMU.

### **4. Planos do RUE**

Ramom Tartari, Coordenação da Rede de Urgência e Emergência – RUE, informa que houve uma reunião para atualização dos Planos da RUE, no sentido de incluir e excluir pontos necessários. Cita que o Ministério da Saúde - MS não publicará mais portarias este ano. Refere que o MS solicita que não se encaminhe habilitação de forma isolada, mas em bloco ou pacote para portaria única. No dia 29 de outubro de 2014 foi realizada a primeira reunião. A proposta seria elaborar um pacote para aprovar nesta CIB do dia 27 de novembro de 2014 e outro em março de 2015. A Deliberação desta CIB incluiria todas as solicitações que chegassem até a data de 27 de novembro de 2014. Marlene Bonow Oliveira cita também, que será solicitado reforço nesta Deliberação, para que o MS homologue as solicitações já aprovadas e que estão no MS aguardando publicação.

**Encaminhamentos:** Aprovar na CIB ad referendum até 15 de dezembro. Antes encaminhar documento para as CIRs.

### **5. Discussão da Política Estadual da Regulação Ambulatorial: Grupo Condutor – proposta de nova formatação**

Marlene Bonow Oliveira, Superintendente de Regulação, abre as discussões, colocando que é necessário primeiro atualizar a Comissão. A Origem da Comissão está na Deliberação 370 de 22 de agosto de 2013 e D.O.E em 10 de abril de 2014. Diogo Demarchi Silva questiona se haverá capacitações para a implantação da regulação ambulatorial, considerando o grande rodízio de pessoal e o domínio do método de controle da regulação. Karin Geller lembra que o Município Sede que foi capacitado deve ser responsável pela capacitação dos municípios no seu entorno. Esclarece que a regulação macrorregional regulará os serviços de referência existente naquela macro. Isto respeita o comando único. Marlene Bonow Oliveira sugere atualizar a Comissão e levantar os dados das regiões ainda este ano.

**Encaminhamentos:** Realizar um seminário em março de 2015 para alinhar a proposta.

### **6. Novas estratégias para Vigilância e Controle do Aedes Aegypti no Programa de Controle da Dengue em Santa Catarina**

Suzana Zeccer, Gerente de Zoonoses (telefone 48 36647477), Diretoria de Vigilância Epidemiológica, apresenta as mudanças de estratégias para o controle da disseminação da dengue. A proposta é do Estado de SC, semelhante à proposta nacional. Chama atenção para o aumento de municípios de SC com o vetor (08 municípios). **Todos os detalhes estão no material distribuído.**

**Encaminhamentos:** Levar para a CIB para aprovação das novas estratégias.

## **7. Apresentação dos Planos de Contingência de Dengue e Chikungunya para o Estado de Santa Catarina**

Suzana Zeccer, Gerente de Zoonoses (telefone 48 36647477), Diretoria de Vigilância Epidemiológica, informa que o Chikungunya transmite a dengue nas Américas. E que não há estratégias de controle no Brasil para este transmissor. **Todos os detalhes estão no material distribuído.**

Maria Regina de Souza Soar, SMS de Blumenau questiona o que os municípios infestados estão fazendo para o controle e o que o Estado está fazendo na cobrança e monitoramento desses municípios. Suzana Zeccer informa que há uma parceria da SES/Estado e Ministério Público, mas que, o Ministério Público tem demorado nas intervenções dos municípios. E quando o Ministério Público intervém, o município procura a SES para responder aos questionamentos. Mário José Brückheimer (Joinville) refere que, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal não se tem contratado pessoal para este fim e ressalta que é necessário um viés para isso, que seja aceito pelo Ministério da Saúde e outras instâncias. Suzana Zeccer lembra que há um agravante nos municípios do litoral em função da população flutuante e de que muitas residências ficam fechadas, sem cuidados diários. Marlene Bonow Oliveira sugere que esses municípios infestados sejam chamados na SES para uma conscientização e cobrança de compromisso. Clécio Espezim sugere uma reunião da DIVE com todo o Colegiado da SES e convidar prefeitos e secretários municipais de saúde desses municípios acometidos para uma reunião na SES. Suzana Zeccer também cita que borracheiros saíram de municípios que cobram controle e se mudaram para municípios vizinhos que não cobram medidas preventivas de controle da dengue.

**Encaminhamentos:** Levar para a CIB para aprovação os Planos de Contingência para SC.

## **8. Pagamento: citopatologia e mamografia: produção excedente de outubro a dezembro de 2014.**

Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, informa que a avaliação e o pagamento da produção excedente de mamografia e citopatologia dos meses de outubro, novembro e dezembro/2014 serão efetuados a partir de janeiro de 2015. Jocélio Voltolini esclarece que na reunião da última CIB ficou pactuado esse pagamento em função do outubro rosa, para que os municípios não ficassem limitados ao teto.

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite